

RELATÓRIO e CONTAS

Janeiro - Setembro 2014



APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

gu
P. 4

INDICE

1. PRINCIPAIS INDICADORES.....	5
2. INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	7
3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE.....	15
4. RECURSOS HUMANOS	20
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	26
7. CUMPRIMENTOS DE OBJETIVOS E ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	33

gu *7.*
A. C.

1. PRINCIPAIS INDICADORES*(Valores em euros)*

Dados Gerais do Balanço	30.09.2014	31.12.2013
Ativo Corrente	25.529.303	25.397.390
Ativo não Corrente	365.273.537	376.188.129
Total Ativo	390.802.840	401.585.519
Capital Próprio	205.795.222	205.126.338
Passivo Corrente	33.081.283	48.068.087
Passivo não Corrente	151.926.335	148.391.094
Passivo Total	185.007.618	196.459.181

(Valores em euros)

Dados Gerais da DR	30.09.2014	30.09.2013
Fornecimentos e Serviços Externos	5.466.174	6.437.674
Gastos com o Pessoal	12.220.985	12.625.123
Gastos Operacionais	17.687.159	19.062.797
Serviços Prestados	23.058.872	26.319.738
Outros Rendimentos e Ganhos	8.829.353	9.496.383
Volume de negócios*	31.888.224	35.816.121
EBITDA	15.878.838	17.145.103
Depreciações	10.671.360	11.627.380
EBIT	5.207.478	5.517.723
Juros de Financiamentos	3.300.313	4.076.645
Resultado antes de Impostos	1.907.817	1.441.311
Resultado Líquido	1.672.017	1.187.096

* Conforme detalhado no ponto 6.1 da Análise Económico-Financeira

Indicadores Financeiros	30.09.2014	30.09.2013
Autonomia Financeira	52,66%	51,08%
Liquidez Geral	77,17%	52,84%
Rentabilidade do Ativo	0,43%	0,30%
Rentabilidade do capital Próprio	0,81%	0,58%
Solvabilidade	111,24%	104,41%

Indicadores Económicos	30.09.2014	30.09.2013
Margem EBITDA	49,80%	47,87%
Margem EBIT	16,33%	15,41%
VAB	28.400.151	25.486.343
VAB <i>per capita</i>	94.667	80.653
VN <i>per capita</i>	106.294	113.342

Indicadores de Pessoal	30.09.2014	30.09.2013
Efetivo (Unid)	297	315
Efetivo Médio (Unid)	300	316
Gastos com o Pessoal <i>per capita</i>	40.737	39.953

Handwritten signature or initials in blue ink.

2. INFORMAÇÃO RELEVANTE

SETOR PORTUÁRIO E ORIENTAÇÕES SEE

▪ **Plano estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020**

Em abril de 2014 foi divulgado o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI 3+), documento que surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

As opções constantes do PETI 3+ desenvolver-se-ão em articulação com a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM2013-2020), aprovada pela Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, no dia 16 de novembro de 2013, e adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro. A ENM 2013-2020 apresentou um novo modelo de desenvolvimento do oceano e das zonas costeiras que permitirá a Portugal responder aos desafios colocados para a promoção, crescimento e competitividade da economia do mar, nomeadamente as importantes alterações verificadas no âmbito político e estratégico a nível europeu e mundial.

No que se refere ao porto de Lisboa foram definidos como prioritários os seguintes projetos:

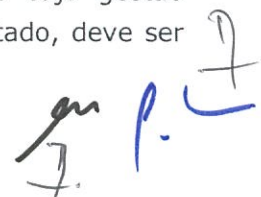
- O aumento da eficiência do atual terminal de contentores de Alcântara;
- O novo Terminal de Contentores de Lisboa;
- A reativação do Cais da Siderurgia Nacional (Terminal do Seixal);
- A melhoria da navegabilidade e descontaminação do estuário do Tejo Seixal (SN) + Alhandra (Cimpor);
- A nova Gare de Passageiros de Cruzeiros.

▪ **UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos**

Pelo Despacho n.º 4550-A/2014, de 27.03.2014 da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos do Ministério das Finanças foi aprovada a constituição, relativamente a cada um dos portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal, de uma comissão para a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários para a prestação do serviço público de movimentação de cargas cujo termo ocorra após 31 de dezembro de 2020.

▪ **Unidade de Tesouraria do Estado**

Nos termos do art.77º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE2011), toda a movimentação de fundos dos serviços e fundos autónomos, incluindo aqueles cuja gestão financeira e patrimonial se rege pelo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado, deve ser



efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP, I.P).

Apesar da APL, S.A. estar abrangida por este princípio, constrangimentos diversos levaram a empresa a solicitar isenção relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria através de ofícios remetidos ao Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças (Of. n.º 411019, de 14/6/2011 e n.º 467042, de 10/12/2012).

De facto, nos contactos estabelecidos com as diversas instituições bancárias, a empresa foi confrontada com sucessivas dificuldades na manutenção de linhas e no acesso a crédito, em virtude de implementação da Unidade de Tesouraria.

Outra questão relevante prende-se com os diversos meios de pagamento/recebimento automáticos instituídos e que implicam o recurso a sistemas informáticos/ficheiros com características específicas, que não estão padronizados com as exigências da banca comercial.

Acresce que a reformulação dos referidos sistemas para responder às exigências do novo enquadramento normativo envolveria alterações relevantes que, para além de morosas, e dos efeitos restritivos em termos de eficiência de resposta e esforço de adaptação dos serviços, acarretaria gastos significativos para a empresa.

Pelo Despacho n. 2418/13-SET, de 19 de dezembro foi finalmente autorizada a exceção a este princípio com base na “relevância da banca comercial na atividade da empresa”.

Posteriormente, já em março 2014 foi renovado o pedido nos termos do n.º 4 do art.º 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014) (Ofício 510912, de 4 de março de 2014), aguardando-se resposta a esta solicitação.

AUTORIDADE PORTUÁRIA

▪ Assembleia Geral

No dia 5 de março 2014 teve lugar a reunião da Assembleia Geral onde, entre outros pontos da ordem de trabalhos, foram aprovados:

- O relatório de gestão e contas de 2012;
- A alienação do imóvel sito na Rua Jardim do Tabaco – “Armazém 9A”;
- A alienação dos imóveis sitos na envolvente da Doca de Pedrouços e que venham a ser desafetados do domínio público do Estado;
- A declaração sobre política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da APL,S.A.

CARGA

▪ **Acórdão do Tribunal Constitucional sobre o aditamento ao Contrato de Concessão da Liscont**

A Lei n.º 14/2010, de 23 de julho veio revogar o Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de setembro, na execução do qual tinha sido celebrado, em 21 de outubro de 2008, entre a APL e a LISCONT um aditamento contratual que, como contrapartida de significativos investimentos efetuados por esta última, prorrogou o prazo da concessão de 2015 para 2042. Concedeu ainda isenções parciais de taxas, designadamente em determinadas áreas da concessão (no prolongamento do cais a construir pela concessionária, por exemplo).

A 3 de março de 2014 o Tribunal Constitucional proferiu o acórdão nº 202/2014, concluindo pela inconstitucionalidade das normas constantes da referida Lei 14/2010, de 23 de julho, por violação dos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança.

Durante o 3.º trimestre de 2014 deu-se início a um processo negocial entre a APL e a Liscont tendo como principal objetivo assegurar a continuidade da prestação do serviço no âmbito desta concessão e a garantia dos padrões de qualidade do mesmo.

▪ **Concessão do Terminal Multipurpose de Lisboa**

Já no 3.º trimestre foi lançado o concurso público para a atribuição da concessão de serviço público da atividade de movimentação de carga geral contentorizada e fracionada no terminal portuário atualmente identificado como TML - Terminal Multipurpose de Lisboa.

O prazo para apresentação de propostas terminou já em outubro, sendo os concorrentes:

- Agrupamento TML – Composto pelas empresas TMB – Terminal Multiusos do Beato – Operações Portuárias,S.A., Multiterminal – Sociedade de Estiva e Tráfego, S.A., Mota-Engil – Logística SGPS, S.A., Portmar – Agência de Navegação, Lda e Sogestão – Administração e Gerência, S.A.:
- Agrupamento ETE/ETF – Composto pelas empresas - ETE –Empresa de Tráfego e Estiva, S.A. e ETF – Empresa de Tráfego do Funchal, Lda.

Com uma duração máxima fixada para 6 anos e 2 meses (01/01/2015 a 28/02/2021), foi prevista ainda a possibilidade de prorrogações anuais até um máximo de 10 anos por iniciativa da concedente.

▪ **Tarifa de Uso de Porto - Carga**

A partir de janeiro de 2014 foi decretada pela tutela a eliminação da TUP – Carga. Esta medida tinha já sido antecedida de sucessivas reduções: 10% em novembro de 2012, 10% em janeiro de 2013 e 50% em maio de 2013.

O impacto desta decisão, inserida na estratégia governamental destinada a aumentar a competitividade do sector portuário, fez-se sentir de forma marcada na situação económico-financeira da empresa. A título indicativo é de assinalar que a referida tarifa representava em 2011 (antes do início das reduções) cerca de 11% do volume de negócios.

CRUZEIROS

▪ Terminal de Cruzeiros de Lisboa - Concessão de Serviço Público

Em janeiro de 2014 foi adjudicada a Concessão de Serviço Público do Terminal de Cruzeiros de Lisboa ao consórcio constituído pela Global Liman Isletmeleri A.S., Grupo Sousa, Investimentos, SGPS, Ld.ª, Royal Caribbean Cruises Ltd., e Creuers del Port de Barcelona, SA, com uma duração de 35 anos.

A concessão prevê o investimento de construção da nova gare de passageiros, projeto da autoria do arquiteto português João Carrilho da Graça.

O concessionário congrega a experiência e as competências que advêm da gestão de vários terminais de passageiros no mundo inteiro, e do facto de incluir um dos maiores armadores do mundo e um armador português.

Com esta adjudicação a APL pretende concretizar os objetivos a que se propôs com este concurso internacional: a construção do novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa e um crescimento sustentado do número anual médio de passageiros movimentados ao longo da concessão, dando, assim, execução ao Plano Estratégico dos Transportes.

A assinatura do contrato com a LCT – Lisbon Cruise Terminals (consórcio que integra as empresas anteriormente referidas), ocorreu a 17 de julho, tendo a mesma iniciado a exploração no dia 26 de agosto.

▪ Empreitada de Reabilitação do Antigo Cais de Cruzeiros

Tal como previsto no contrato de concessão do Terminal de Cruzeiros de Lisboa, no âmbito da responsabilidade da APL pela manutenção e conservação da estrutura do cais em betão armado e das respetivas fundações, foi adjudicada a empreitada de reparação do troço de 440m que constitui o antigo terminal de cruzeiros de Santa Apolónia, de forma a permitir a operação dos navios em condições de segurança.

Na sequência de levantamento efetuado a toda a estrutura, que incluiu uma inspeção subaquática das fundações e retenção marginal, está contemplada a reparação de todo o pavimento e respetiva caleira técnica, conferindo às instalações marítimas um acabamento

idêntico ao novo cais do Jardim do Tabaco, sendo ainda instaladas defensas idênticas às existentes.

A execução da obra foi articulada por forma a interferir o mínimo possível com a movimentação das embarcações na área da concessão. A respetiva conclusão está prevista para Outubro de 2015.

▪ **World Travel Awards**

O porto de Lisboa conquistou, pela primeira vez, o prémio World Travel Awards como melhor porto de cruzeiros da Europa, e a cidade de Lisboa, pela segunda vez, o prémio World Travel Awards como melhor destino de cruzeiros da Europa, naquela que foi a 21ª edição dos World Travel Awards Europa, que decorreu no dia 2 de agosto, em Atenas, na Grécia. De referir que estes prémios distinguem os melhores exemplos de boas práticas no setor do turismo. Desde 2009 que o porto e a cidade de Lisboa têm sido nomeados a nível europeu e mundial para as categorias de melhor porto e destino de cruzeiros

NÁUTICA DE RECREIO

▪ **III Feira Náutica do Tejo – junho 2014**

Enquanto coorganizadora, a APL participou no evento, que decorreu de 29 de maio a 1 de junho na Doca de Pedrouços, e que se assume cada vez mais como o maior evento náutico do país, preconizando o desenvolvimento de todas as potencialidades que o estuário do Tejo oferece no que respeita às atividades náuticas e à atividade de marítimo-turística.

Foi promovido o enfoque da APL no novo modelo de gestão da náutica de recreio, alicerçada num contato mais direto com o cliente final através dos meios de comunicação digital, novo fardamento para os colaboradores das docas, implementação de sistema de gestão ambiental e nova imagem dos meios de informação baseados no novo formato de gestão comercial.

FRENTES RIBEIRINHAS

▪ **Requalificação da Frente Ribeirinha de Alcochete**

Inaugurada no dia 13 de Abril de 2014, esta obra resulta de um projeto que foi alvo de candidatura conjunta entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Administração do Porto de Lisboa, no domínio das Parcerias para a Regeneração Urbana, ao abrigo do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORN) do QREN.

Compreende um trajeto que se estende pela Av. D. Manuel I até ao Largo da Misericórdia e Rua do Norte e possibilitou a reestruturação de importantes infraestruturas, nomeadamente a muralha junto ao Rio Tejo e a Ponte Cais, projetos que ficaram sob a alçada da APL, S.A. A referida obra vem contribuir para a valorização económica e cultural da vila de Alcochete e da região.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

▪ **Estrutura orgânica da APL**

Em janeiro de 2014 entrou em vigor a nova estrutura orgânica da APL que, entre outras alterações, criou a figura do Provedor do Cliente e passou a contemplar departamentos de Contratação Pública e Compras e de Auditoria de Projetos e Obras, reforçando-se ainda o de Auditoria Interna (já existente) e o Controlo Financeiro e de Gestão.

Foram também constituídas comissões permanentes nas seguintes áreas:

- prospetiva e controlo de gestão estratégica;
- Risco;
- Sustentabilidade,
- Responsabilidade social;
- Igualdade.

▪ **Alienação de imóveis (ativos não correntes detidos para venda)**

No sentido de melhorar a situação da empresa no que toca ao nível de endividamento remunerado e encargos daí decorrentes bem como amenizar a situação de tesouraria, procedeu-se em 2014 à alienação de alguns ativos.

Neste âmbito foi assinada a escritura referente à alienação do prédio urbano sito em Cascais, em 24 de junho de 2014.

Posteriormente, em 18 julho de 2014, foi celebrado o contrato de promessa de compra e venda do Armazém 9A (cuja alienação se veio a concretizar em outubro), e a escritura referente ao Armazém K, ambos sitos no Jardim do Tabaco.

As transações efetuadas e a efetuar resultaram em mais-valias contabilísticas, calculadas com base na última avaliação realizada pela DGTF.

▪ **Reestruturação do passivo remunerado**

Com os pareceres favoráveis da SET – Secretaria de Estado dos Transportes e do IGCP no âmbito do Decreto-Lei n.º 133/2013, a APL procedeu:

- À reestruturação do passivo remunerado de curto prazo para médio/longo prazo no montante de €10.000.000, com um decréscimo médio de pricing na vertente "spread" de 2%;
- À obtenção de novos financiamentos para substituição de antigos financiamentos também com um decréscimo de pricing na vertente "spread" entre 1,5% e 3%.

Assim, no passado mês de junho, a APL contraiu um empréstimo bancário, sob a forma de mútuo, junto do Banco Santander Totta, no montante de 15 milhões de euros. Em julho contraiu novo empréstimo bancário, também sob a forma de mútuo, junto do BPI no montante de 20 milhões de euros.

O propósito consistiu em beneficiar das melhores condições contratuais e amortizar total ou parcialmente outros financiamento de médio/longo prazo com condições contratuais mais vantajosas.

Com esta medida prevê-se uma poupança anual em gastos financeiros de cerca de 900 mil euros.

▪ Tarifários e Regulamentos

São de destacar neste âmbito os seguintes normativos, publicados no decurso do período janeiro-setembro de 2014:

- Novo Regulamento de Tarifas

Na sequência da aprovação do referido regulamento pelo IMT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, foi o mesmo publicado pela Ordem de Serviço n.º14/2013, de 8 de julho, substituindo, com efeitos a 1 de janeiro de 2014, o anteriormente vigente.

- Regulamento de Contratação de Bens, Serviços e Empreitadas da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.

Publicado pela OS n.º 04/2014, de 1 de março, este regulamento veio substituir as normas internas anteriormente vigentes nesta matéria. A versão anterior do regulamento foi alterada de modo a contemplar as atualizações de limiares de contratação pública estipulada pelo Regulamento (EU) n.º1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013, no que se refere à alteração da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual) que leva a que as contratações iguais ou superiores a 5.000.000€ estejam sujeitas a verificação prévia pelo Tribunal de Contas, bem como o desenvolvimento da utilização de plataformas eletrónicas de contratação.

Foram ainda regulamentados os procedimentos de empreitada e adotada a recomendação de centralização de toda a contratação de bens, serviços e empreitadas.

- Lei 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

Pese embora a circunstância da APL,S.A. integrar o setor público empresarial, a referida Lei não deixa de ser aplicável, com as necessárias adaptações, a um largo conjunto dos seus trabalhadores, de resto, ainda predominante, na medida em que o mesmo pessoal detém contrato de trabalho em funções públicas.

Destacam-se como objetivos genéricos do diploma, constituir-se como a derradeira etapa na progressiva convergência do regime dos trabalhadores públicos com o regime comum, a intenção de compilar e harmonizar as alterações legislativas concretizadas nos últimos anos neste âmbito.

– Regulamento de Conduta nas Docas de Recreio da APL

Publicado pela OS n.º 13/2014, de 1 de março, pretende-se com este regulamento implementar uma nova dinâmica à Náutica de Recreio, alicerçada numa política comercial mais agressiva e num novo dinamismo baseado nas vertentes de promoção e valorização turística.

Foram por conseguinte aprovadas diversas alterações ao nível de procedimentos e da renovação da imagem desta atividade.

– Taxas de utilização privativas para vigorar durante o ano de 2014

Pelo segundo ano consecutivo, o Conselho de Administração da APL,SA decidiu não atualizar as taxas de utilizações privativas negociadas para vigorar durante o ano de 2014, mantendo-se em vigor as praticadas em 2013.

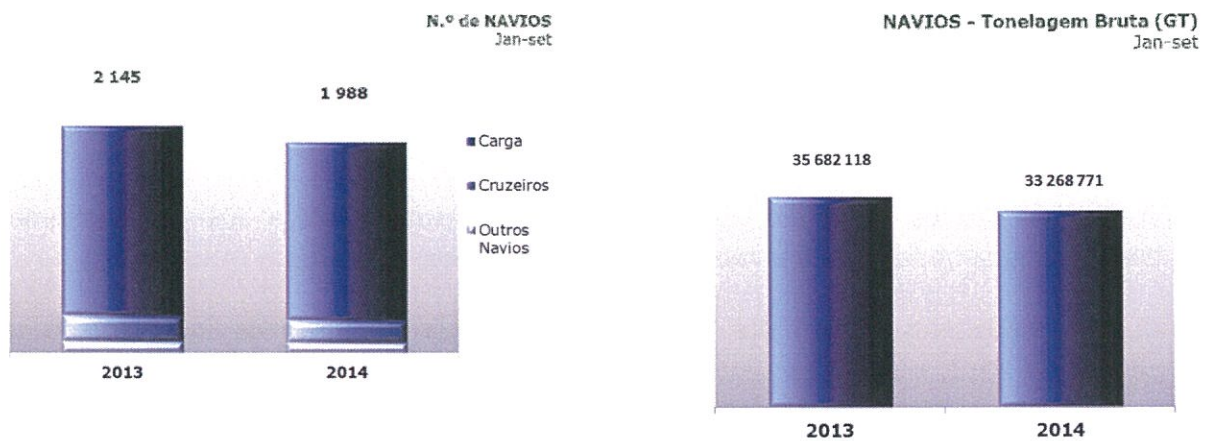
Quanto às taxas constantes no Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais e no Regulamento de Tarifas de Eventos e de Publicidade foram atualizadas segundo o coeficiente de 1,0099, de acordo com o Aviso nº 11753/2013 de 11 de Setembro de 2013, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 182 de 20 de Setembro de 2013.



3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

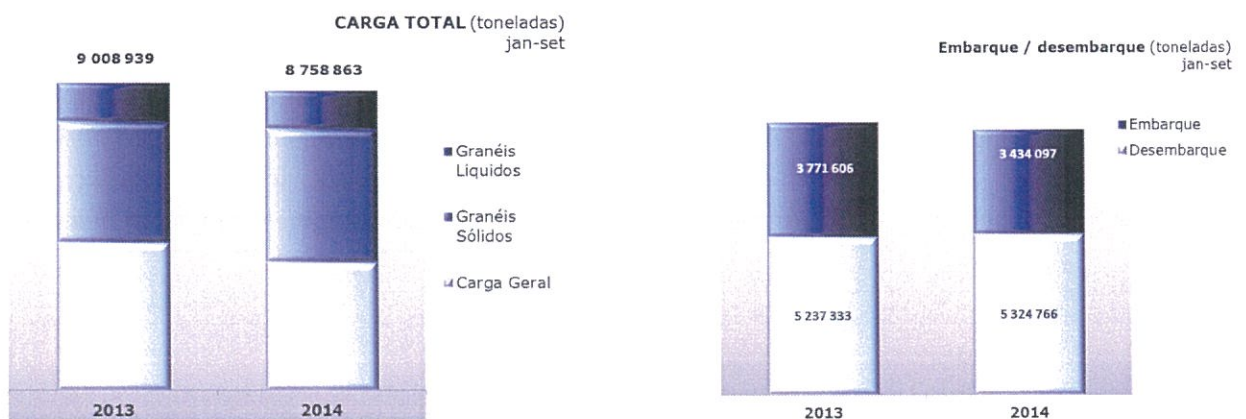
3.1. Movimento de navios

Conforme se pode observar nos gráficos seguintes, o movimento de navios registou um decréscimo face ao período homólogo do ano anterior, quer quanto ao número de embarcações, quer na perspetiva da tonelagem bruta. Esta variação de cerca de 7% continua a refletir em grande medida o afastamento de alguns operadores, que procuraram alternativas noutros portos nacionais e estrangeiros devido às greves verificadas no final de 2013 e início de 2014.



3.2. Carga

Também na carga movimentada se regista uma ligeira diminuição face a 2013.



gu *PL* *7*

	2013	2014	Variação	
CARGA TOTAL (toneladas)	9 008 939	8 758 863	-250 076	-2,8%
Granéis Líquidos	1 123 304	1 106 659	-16 645	-1,5%
Granéis Sólidos	3 570 397	3 901 822	331 425	9,3%
Carga Geral	4 315 238	3 750 383	-564 856	-13,1%
Contentorizada	4 219 358	3 684 124	-535 233	-12,7%
Roll-on / Roll-off	17 994	9 348	-8 646	-48,1%
Fracionada	77 887	56 910	-20 976	-26,9%

A diminuição tem origem em grande parte na Carga Contentorizada. De facto, este tipo de carga sofreu durante o ano 2014 uma forte redução, proveniente dos constrangimentos causados pelas sucessivas greves que assolaram o Porto de Lisboa, conforme já referido. No entanto regista-se nos últimos meses uma ligeira melhoria, nomeadamente no TCA (Liscont) perspectivando-se alguma recuperação para o final do ano.

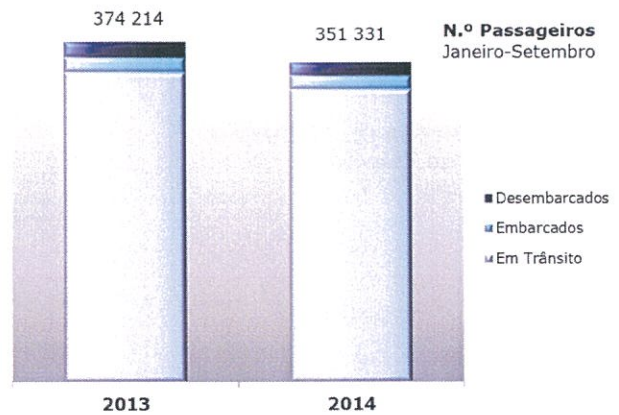
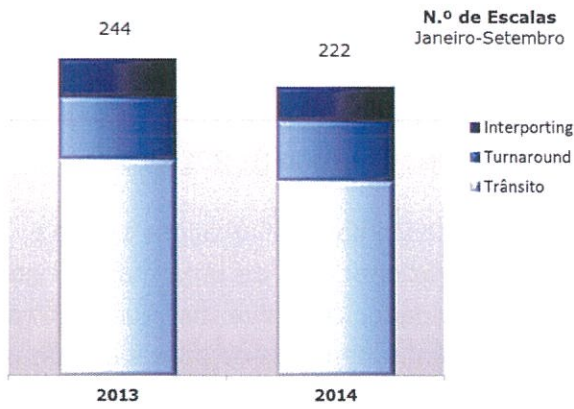
Os Graneis Sólidos, por outro lado, evidenciam uma subida face a 2013 de aproximadamente 9%, alicerçada no segmento alimentar (Sovena e Silopor) e na sucata (Atlanport).

Os Granéis Líquidos mantêm até Setembro de 2014, valores próximos do observado no mesmo período de 2013, existindo no entanto alguma diminuição nos produtos refinados (combustíveis) por contrapartida do aumento verificado nos produtos químicos.

NOTA: Para informação estatística mais detalhada, consultar [estatísticas online](#) no site da APL,S.A.

3.3. Cruzeiros

A variação negativa observada face ao período homólogo de 2013 (-9% de escalas e -6% de passageiros), explica-se pelo cancelamento de 21 escalas e consequente perda de cerca de 15.000 passageiros por razões exógenas à APL, como sejam as condições atmosféricas adversas no início do ano e o facto de alguns operadores terem reposicionado os navios para novos destinos, de forma a diversificarem a sua oferta (estratégia usualmente seguida nesta atividade).



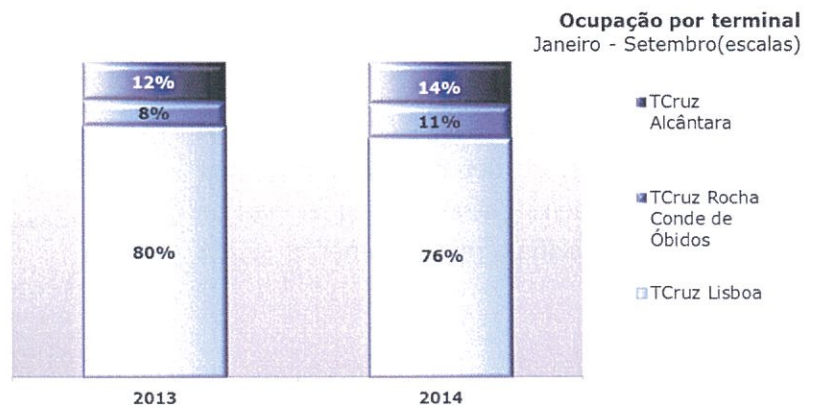
NOTA:

Interporting ou turnaround parcial – situação em que o navio de cruzeiro durante o itinerário, permite o embarque e/ou desembarque de passageiros em portos secundários.

Turnaround – situação em que o navio de cruzeiro inicia e termina operação num determinado porto e que implica o desembarque de todos os passageiros da viagem anterior e embarque de novos passageiros.

A análise em termos de ocupação continua a evidenciar a preponderância acentuada do Terminal de Cruzeiros de Lisboa, em St.ª Apolónia.

Com a concessão da atividade de cruzeiros, que entrou em exploração no final de agosto, a concentração das escalas em Santa Apolónia ganhará contornos mais marcantes já que as restantes gares serão utilizadas em segundo plano, sempre que se encontre esgotada a capacidade do novo terminal.



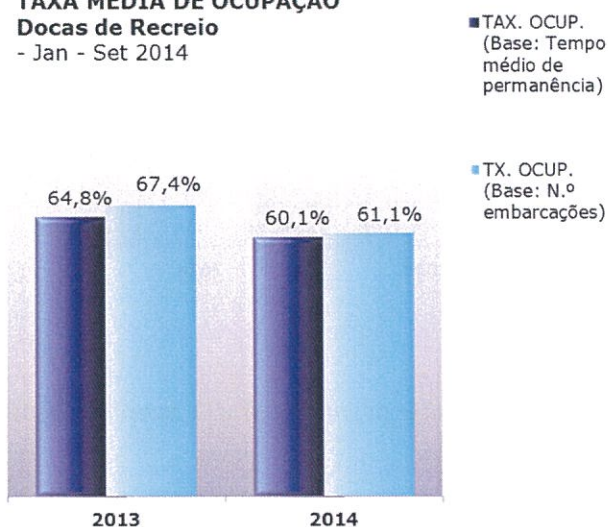
Handwritten signature and initials.

3.4. Náutica de Recreio e Marítimo-Turística

No que se refere à náutica de recreio verificou-se uma diminuição de 674 embarcações cerca de 9%) nos 9 primeiros meses de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Esta variação deve-se, por um lado, à opção pela colocação das embarcações a seco e, por outro, pela crise generalizada que afeta não só o mercado nacional mas de uma maneira geral toda a Europa, prejudicando de sobremaneira a esta atividade, inclusive no que diz respeito às embarcações de bandeira estrangeira provenientes maioritariamente de países europeus.

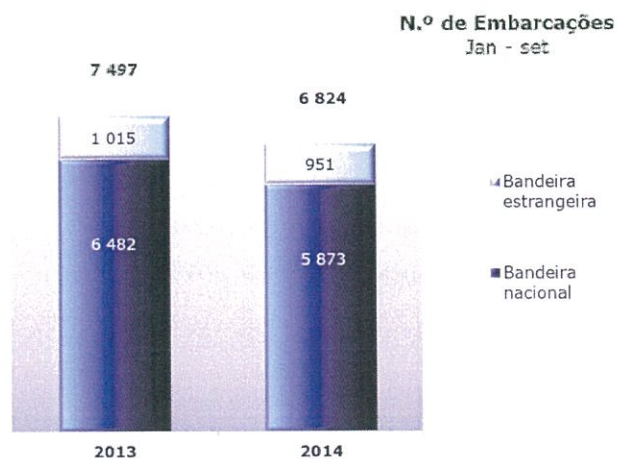
**TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO
Docas de Recreio**
- Jan - Set 2014



Em termos de taxas de ocupação das docas, verificou-se também um decréscimo de 4,7 p.p. quando analisado o tempo médio de permanência e de 6,3 p.p. em termos de ocupação efetiva, quando comparamos o período de janeiro a setembro de 2014 com igual período de 2013.

Apesar desta diminuição global, a doca do Bom Sucesso registou um aumento de 33 embarcações, bem como um crescimento de 2,2 p.p. quando analisada a sua ocupação efetiva.

No que diz respeito à nacionalidade das embarcações, de notar uma quebra quer nas de bandeira estrangeira quer nas de bandeira nacional (respetivamente -6,3% e -9,4%).



Handwritten signatures and initials in blue ink.

No caso da atividade marítimo-turística, estiveram em atividade 49 operadores quando em igual período de 2013 apenas se registaram 31, o que representou um aumento de 58%, que se refletiu num acréscimo do número de embarcações em atividade (+31 %).

	Jan - set 2013					Jan - Set 2014					
	DOCAS	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	TOTAL	Alcântara	St.º Amaro	Belém	Bom Sucesso	TOTAL
N.º OPERADORES		11	14	2	4	31	10	28	5	6	49
N.º EMBARCAÇÕES POR ATIVIDADE		14	41	2	4	61	14	55	5	6	80
A Aluguer de motas de água e pequenas embarcações dispensadas de registo											
B Serviços efectuados por táxis, aluguer de embarcações com ou sem tripulação, pesca turística, passeios;		9	41	2	4	56	11	55	5	6	77
C Restauração nos acostados											
D Passeios e restauração durante os passeios;		3				3	2				2
E Passeios e restauração nos passeios e acostados.		2				2	1				1

3.5. Usos Dominiais

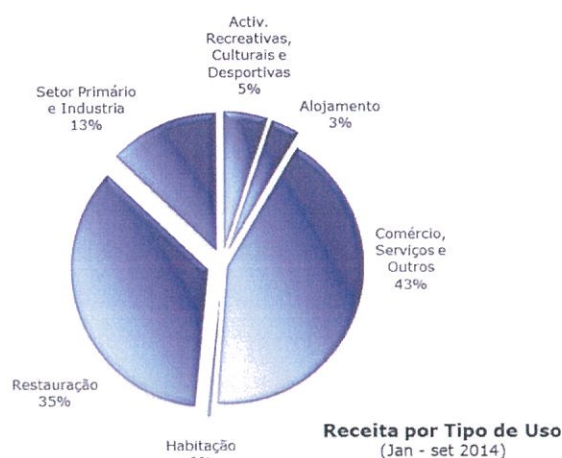
No âmbito desta área de negócio, deu-se continuidade ao esforço adicional de colocação dos espaços disponíveis no mercado, resultando na celebração de 3 novos contratos na área dos usos recreativos, culturais e desportivos.

O efeito destes novos processos será no entanto insuficiente para compensar diversos aspetos que têm marcado negativamente a atividade ao longo do ano 2014.

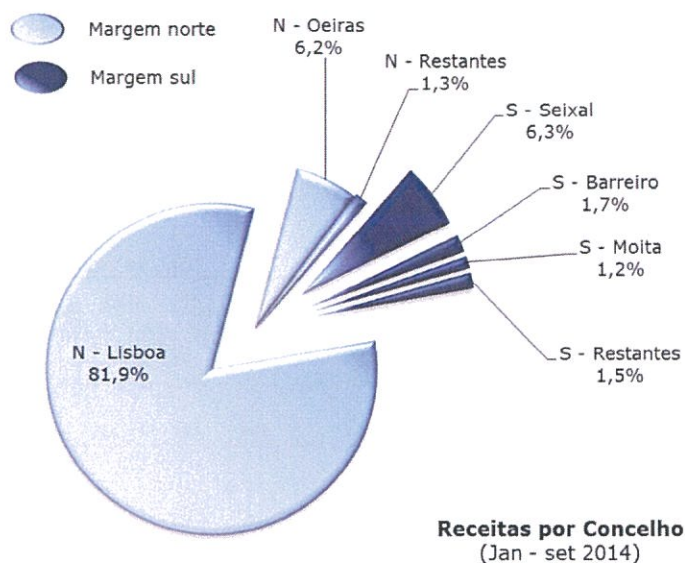
A pressão por parte dos clientes no sentido da revisão das condições comerciais levou a que fossem aprovadas algumas reduções de taxas de utilização privativa, com destaque para a área de usos associados à restauração.

Houve ainda lugar à revogação/rescisão de 3 contratos (nas áreas de restauração e de comércio e Serviços).

Assim, quanto à representatividade dos vários setores de atividade em termos de receita é de assinalar, como seria expectável, uma diminuição do peso da restauração no total face ao registado durante o ano 2013 (de 39% para 35%).



gan P.L. J



Já no que se refere à distribuição da receita por concelho, mantém-se uma estrutura semelhante à que caracterizou o ano 2013.

No período de janeiro-setembro de 2014, e apesar da escassez de espaços cobertos existentes para a realização de eventos, tiveram lugar 183 ações na área de jurisdição do Porto de Lisboa sendo que, durante o mesmo período de 2013, foram realizadas apenas 170. Nesta análise foram considerados quer os realizados em espaços cobertos, quer os que tiveram lugar ao ar livre.

4. RECURSOS HUMANOS

O pessoal ao serviço no final de setembro apresenta uma redução de 18 elementos face ao período homólogo do ano anterior, regredindo assim de 315 para 297 trabalhadores (-5,7%).

Se nos reportarmos apenas ao turn-over acumulado desde o início do ano, a variação salda-se, neste caso, por um decréscimo de 16 efetivos (-5,1%), em razão de 21 saídas (sobretudo por aposentação) contra 5 entradas (tituladas por processos de cedência de interesse público ou por transferência de outra AP).

O efetivo médio, por sua vez, regista no período janeiro-setembro uma diminuição de 316 para 300 trabalhadores, também equivalente a cerca de -5,1%.

O quadro seguinte ilustra de forma desagregada a composição do efetivo por tipo de vínculo a par de alguns indicadores sobre o pessoal da empresa.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

	Jan - set 2013			Jan - set 2014			Var.
	H	M	Total	H	M	Total	2013/2014
Efetivo total	205	110	315	195	102	297	-6%
Vínculos							
Quadro	200	106	306	190	96	286	-7%
Além Quadro	5	4	9	5	6	11	22%
Mandato	1	2	3	1	2	3	0%
Requisição / Acordo de Cedência	2	2	4	2	4	6	50%
Contrato a Termo Certo	2	0	2	2	0	2	0%
Cargos							
Conselho de Administração	1	2	3	1	2	3	0%
Direcção e Chefia	26	20	46	15	26	41	-11%
Média etária (anos)	46,83	45,78	46,46	47,31	45,53	46,70	1%
Antiguidade Média (anos)	17,42	16,62	17,14	17,82	15,81	17,30	1%

Os principais parâmetros de avaliação da prestação de trabalho em 2014, não se afastam significativamente dos registos apurados no período homólogo de 2013.

Anotam-se, em todo o caso, o natural encurtamento do potencial de trabalho (-5%) e das horas efetivamente trabalhadas (-4%) por força da trajetória decrescente do pessoal ao serviço.

De relevar, igualmente, no confronto com a ano anterior o desagravamento do volume total de absentismo, para o que concorreu, em particular, o menor número de horas de ausência decorrentes de acidentes de trabalho.

O trabalho extraordinário, por último, apresentando uma ligeira redução do número absoluto de horas realizadas, manteve-se todavia proporcionalmente estabilizado por comparação com o ano anterior.

Prestação de trabalho		Jan - set 2013	Jan - set 2014
Potencial Máximo de trabalho	Horas	393 687	375 567
Trabalho Extraordinário	Horas	2 531	2 385
	Taxa	0,64%	0,64%
Absentismo	Horas	16 096	12 156
	Taxa	4,09%	3,24%
Horas efetivamente trabalhadas		380 122	365 796

gu *P.L.*

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Balanço

Rubricas	(Unidade: Euro)	
	30.09.2014	31.12.2013
Ativo		
Ativo não Corrente		
Ativos Fixos Tangíveis	280.288.636	288.318.993
Propriedades de Investimento	62.288.473	63.901.957
Ativos Intangíveis	22.696.428	23.793.993
Clientes		173.186
Total do Ativo não Corrente	365.273.537	376.188.129
Ativo Corrente		
Clientes	7.143.177	8.824.714
Adiantamentos de Fornecedores e Depósitos Caução	2.252	626
Estado e Outros Entes Públicos	2.081.115	1.958.601
Outras Conta a Receber	822.397	2.258.833
Diferimentos	146.138	354.566
Ativos não Correntes detidos para Venda	5.059.305	5.804.261
Caixa e Depósitos Bancários	10.274.921	6.195.790
Total do Ativo Corrente	25.529.303	25.397.390
Total do Ativo	390.802.840	401.585.519
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio		
Capital Realizado	60.000.000	60.000.000
Reservas Legais	3.346.852	3.212.275
Outras reservas	71.077.304	71.077.304
Reservas não Distribuíveis	5.710.535	4.618.891
Resultados Transitados	14.200.229	14.080.684
Outras variações do capital Próprio	49.788.284	50.791.418
Resultado Líquido do Período	1.672.017	1.345.767
Total do Capital Próprio	205.795.222	205.126.338
Passivo		
Passivo não Corrente		
Provisões	1.330.107	1.330.107
Financiamentos obtidos	95.249.948	89.370.608
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	11.489.930	12.324.492
Passivos por Impostos Diferidos	2.088.887	1.853.088
Passivos Financeiros detidos para Negociação	2.226.244	2.293.643
Diferimentos	26.347.976	28.132.920
Outras contas a Pagar	13.193.242	13.086.237
Total do Passivo não Corrente	151.926.335	148.391.094
Passivo Corrente		
Fornecedores	850.159	1.840.850
Adiantamentos de Clientes	167.673	144.046
Estado e Outros Entes Públicos	1.680.415	1.767.860
Financiamentos Obtidos	18.276.564	31.331.004
Outras Contas a Pagar	5.345.009	6.222.865
Diferimentos	6.761.463	6.761.463
Total do Passivo Corrente	33.081.283	48.068.087
Total do Passivo	185.007.618	196.459.180
Total do Capital Próprio e Passivo	390.802.840	401.585.519

Diretora de Economia e
Finanças

Ana Paula Rodrigues



Conselho de Administração

Marina Ferreira
PresidenteAndreia Ventura
VogalNuno Osório
Vogal


5.2. Demonstração de Resultados

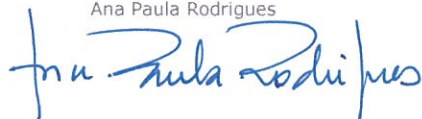
Demonstração de Resultados em 30 de setembro

(Unidade: Euro)

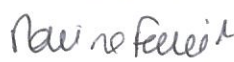
Rendimentos e Gastos	30.09.2014	30.09.2013
Vendas e Serviços Prestados	23.058.872	26.319.738
Subsídios à Exploração	58.433	
Fornecimentos e Serviços Externos	-5.466.174	-6.437.674
Gastos com o Pessoal	-12.220.985	-12.625.123
Imparidades de Dividas a Receber	-927.363	-499.565
Aumentos/Reduções do Justo Valor	67.399	512.298
Outros Rendimentos e Ganhos	14.691.164	13.891.446
Outros Gastos e Perdas	-3.382.507	-4.016.018
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	15.878.838	17.145.103
Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizações	-10.671.360	-11.627.380
Resultados Operacionais (Gastos de Financiamento e Impostos)	5.207.478	5.517.723
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	651	233
Juros e Gastos Similares Suportados	-3.300.313	-4.076.645
Resultado antes de Imposto	1.907.817	1.441.311
Impostos sobre o Rendimento do Período	-235.799	-254.215
Resultado Líquido do Período	1.672.017	1.187.096

Diretora de Economia e
Finanças

Ana Paula Rodrigues



Conselho de Administração

Marina Ferreira
Presidente

Andreia Ventura
Vogal


Nuno Osório
Vogal


5.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

	(Unidade: Euro)	
Demonstração de Fluxos de Caixa	30.09.2014	31.12.2013
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	32.554.648	48.438.913
Pagamentos a Fornecedores	-6.456.865	-10.435.334
Pagamentos ao Pessoal	-14.623.243	-16.965.075
Caixa Gerada pelas Operações	11.474.540	21.038.504
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		-729.755
Outros Recebimentos/Pagamentos	-803.804	-4.079.082
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais (1)	10.670.736	16.229.667
Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	-849.126	-2.275.354
Ativos Financeiros	-154.055	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis/Intangíveis	4.661.200	
Subsídios ao Investimento	58.433	550.106
Juros e recebimentos Similares		707
Incorporação de resultados		
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento (2)	3.716.452	-1.724.541
Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos		10.000.000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos	-7.175.099	-14.198.843
Juros e Gastos Similares	-3.132.957	-6.412.804
Dividendos a distribuir		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento (3)	-10.308.056	-10.611.647
Variações de Caixa e seus Equivalentes (1) + (2) + (3)	4.079.132	3.893.479
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	6.195.790	2.302.311
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	10.274.922	6.195.790
Varição de Disponibilidades	4.079.132	3.893.479

Diretora de Economia e
FinançasAna Paula Rodrigues


Conselho de Administração

Marina Ferreira
PresidenteAndreia Ventura
VogalNuno Osório
Vogal

5.4. Demonstração de Alterações de Capital Próprio

(Unidade: Euro)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Reservas não Distribuíveis	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2013	60.000.000	2.861.986	71.077.304	3.680.953	11.866.018	50.230.241	3.502.893	203.219.394
Alterações no Período								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						561.177		561.177
Aplicação do Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2012		350.289		937.938	2.214.666		-3.502.893	
Movimentos do Período		350.289		937.938	2.214.666	561.177	-3.502.893	561.177
Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2013							1.345.767	1.345.767
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	60.000.000	3.212.275	71.077.304	4.618.891	14.080.684	50.791.418	1.345.767	205.126.338
Saldo em 1 de janeiro de 2014	60.000.000	3.212.275	71.077.304	4.618.891	14.080.684	50.791.418	1.345.767	205.126.338
Alterações no Período								
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						-1.003.133		-1.003.133
Aplicação do Resultado Líquido do Período Findo em 31 de dezembro de 2013		134.577		1.091.645	119.546		-1.345.767	
Movimentos do Período		134.577		1.091.645	119.546	-1.003.133	-1.345.767	-1.003.133
Resultado Líquido do Período Findo em 30 de setembro de 2014							1.672.017	1.672.017
Saldo em 30 de setembro de 2014	60.000.000	3.346.852	71.077.304	5.710.535	14.200.229	49.788.284	1.672.017	205.795.222

Diretora de Economia e Finanças

Ana Paula Rodrigues



Conselho de Administração

Marina Ferreira
PresidenteAndreia Ventura
VogalNuno Osório
Vogal


6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A APL encerrou o mês de setembro de 2014 com um Resultado Líquido de 1.672.017 euros, correspondendo a um acréscimo de 38% face ao resultado do período homólogo, que se situou nos 1.210.761 euros.

Analizam-se em seguida as principais rubricas de Gastos e Ganhos, comparativamente com o período homólogo de 2013 e com o orçamento.

6.1. Rendimentos e Ganhos

Nas contas de Rendimentos e Ganhos, a APL encerrou o terceiro trimestre com cerca de 37.877 milhares de euros.

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Rendimentos e Ganhos	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento não Realizado (14R/Orç.ano)
26.319.738	23.058.872	-12%	Vendas e Serviços Prestados	24.689.443	32.919.257	30%
-	58.433		Subsídios à Exploração	-	-	
239.317	249		Imparidade Dívidas a Receber	-	-	
512.298	67.399	-87%	Ganhos/Aumento Justo Valor	75.000	100.000	33%
13.740.181	14.602.952	6%	Outros Rendimentos e Ganhos	17.340.942	23.121.257	37%
175.163	88.864	-49%	Juros e Rend. Similares Obtidos	150.525	200.700	56%
40.986.698	37.876.768	-8%	Total Rendimentos e Ganhos	42.255.911	56.341.214	33%

Quando comparado com o período homólogo, este valor reflete uma redução de cerca de 3.110 milhares de euros, sendo que as rubricas de Vendas e Serviços Prestados, Imparidades de Dívidas a Receber e Aumentos de Justo Valor são as que mais contribuíram em termos absolutos para esta variação.

Destaca-se o acréscimo na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, que entre e outros fatores se deve à mais-valia decorrente da alienação de imóveis património da APL (prédio urbano em Cascais e Armazém K).

Face ao orçamento previsto para o período Janeiro-Setembro, os ganhos ficaram também aquém das expectativas, quer quanto a vendas e serviços prestados (pelos fatores indicados no ponto seguinte), quer quanto a outros rendimentos e ganhos (para o que concorreu o facto da mais valia decorrente da alienação do Armazém 9A veio a ter lugar em outubro).

Face ao orçamento do ano a taxa de realização no final dos 9 meses já decorridos é de 67%.

Volume de Negócios

No final do terceiro trimestre de 2014 o volume de negócios situou-se nos 31.888 milhares de euros, cerca de 3.928 milhares de euros abaixo do montante atingido em 2013.

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Volume de Negócios	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento não Realizado (14R/Orç.ano)
26.319.738	23.058.872	-12%	Prestação de Serviços	25.068.824	32.888.512	30%
11.566.090	8.731.788	-25%	Regulamento de Tarifas	9.758.773	13.011.697	33%
3.808.899	3.751.299	-2%	TUP Navio	4.210.889	5.614.519	33%
2.219.309			TUP Carga			
3.587.523	3.364.532	-6%	Tarifa Pilotagem	3.978.749	5.304.999	37%
1.377.351	1.126.634	-18%	Tarifa Passageiros	946.967	1.262.622	11%
2.277	2.277	0%	Tarifa Armazenagem	2.250	3.000	24%
52.556	40.217	-23%	Tarifa Uso Equipamentos	34.918	46.557	14%
518.174	446.830	-14%	Tarifa Resíduos	585.000	780.000	43%
13.176.050	12.810.616	-3%	Concessões	13.220.674	17.627.565	27%
7.938.838	7.979.565	1%	Taxas Fixas	7.968.193	10.624.257	25%
5.237.212	4.831.051	-8%	Taxas Variáveis	5.252.481	7.003.308	31%
1.253.598	1.179.678	-6%	Náutica de Recreio	1.749.187	1.795.663	34%
1.176.827	1.083.808	-8%	Estacionamento a Nado	1.266.014	1.688.019	36%
59.369	78.897	33%	Estacionamento em Terra	63.787	85.049	7%
13.650	14.418	6%	Licenciamentos	13.640	18.186	21%
3.752	2.556	-32%	Outros	3.306	4.409	42%
76.989	113.349	47%	Marítimo-Turística	62.250	83.000	-37%
76.989	113.349	47%	Atividade Marítimo-Turística	62.250	83.000	-37%
247.011	223.440	-10%	Outras Prestações de Serviço	277.940	370.586	40%
32.100	26.632	-17%	Fornecimentos	63.862	85.149	69%
6.411			Remoção Resíduos Sólidos			
176.241	154.367	-12%	Repartição ISPS	199.044	265.392	42%
32.259	42.440	32%	Outros	15.034	20.045	-112%
9.496.383	8.829.353	-7%	Outros Rendimentos Operacionais	9.119.499	12.159.333	27%
6.079.764	5.381.707	-11%	Rendas de Usos Dominiais	5.961.687	7.948.917	32%
3.416.619	3.447.646	1%	Rendas/Rendimentos Prop. Investimento	3.157.812	4.210.416	18%
35.816.121	31.888.224	-11%	Volume de Negócios	34.188.323	45.047.844	29%

Apesar dos esforços, não foi possível atingir os níveis de receita que se previam, especialmente ao nível do Regulamento de Tarifas. Destaque-se que as perdas se devem ao facto de se ter deixado de faturar TUP/Carga (por determinação da tutela sectorial), tarifa que no terceiro trimestre de 2013 representou uma receita de cerca de 2.219 milhares de euros (cerca de 8% do total das prestações de serviços e 19% do regulamento de tarifas). A esta redução também não foram alheias as greves verificadas no início do ano.

Também as rendas de usos dominiais apresentam uma variação significativa (-698 milhares euros), correspondente a 18% do decréscimo total do volume de negócios. Esta quebra decorre fundamentalmente da redução de taxas solicitadas por diversos clientes e das desocupações de espaços já referidas no ponto 3.5 deste relatório.

P.L. gu

Não obstante a redução ter efeitos a janeiro de 2013 a emissão das correspondentes notas de crédito só veio a ocorrer em 2014, pelo que o 3º trimestre do ano transato não espelhava ainda este efeito. Esta regularização veio a ter lugar em 2014 e refletiu-se ao nível dos gastos (anulação de receita de anos anteriores).

Relativamente aos montantes orçamentados, ficaram aquém da expectativa na maior parte das rubricas, embora se preveja alguma recuperação no 4º trimestre de 2014.

6.2. Gastos e Perdas

Nas contas de Gastos e Perdas, a APL encerrou o terceiro trimestre com 35.969 milhares de euros.

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Gastos e Perdas	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
6.437.674	5.466.174	-15%	Fornecimentos e Serviços Externos	6.838.181	9.117.575	40%
12.625.123	12.220.985	-3%	Gastos com o Pessoal	12.575.405	16.767.206	27%
11.627.380	10.671.360	-8%	Depreciações e Amortizações	10.605.561	14.140.748	25%
738.882	927.612		Imparidade de Dívidas a Receber	825.000	1.100.000	16%
-	-		Perdas/Redução Justo Valor	-	-	
-	-		Provisões	112.500	150.000	100%
3.698.380	3.382.418	-9%	Outros Gastos e Perdas	2.844.891	3.793.188	11%
4.394.283	3.300.402	-25%	Juros e Gastos Sim. Suportados	4.128.750	5.505.000	40%
39.521.722	35.968.951	-9%	Total Gastos e Perdas	37.930.288	50.573.717	29%

Quando comparada com o período homólogo, a redução verificada 3.552.771 euros corresponde essencialmente à contenção de gastos com fornecimentos e serviços externos que diminuíram 971.500 euros, depreciações e amortizações (-956.020 euros) e juros suportados (-1.093.881 euros).

Face ao orçamento, verifica-se a utilização de cerca de 70% da verba total prevista para o ano 2014.

Gastos Operacionais

A rubrica de Gastos Operacionais, composta pelo somatório do Fornecimentos e Serviços externos e dos Gastos com o Pessoal, sofreu uma redução de cerca de 1.375 milhares de euros face a 2013.

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Gastos Operacionais	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
6.437.674	5.466.174	-15,09%	Fornecimentos e Serviços Externos	4.558.787	9.117.575	40,05%
12.625.123	12.220.985	-3,20%	Gastos com o Pessoal	8.383.603	16.767.206	27,11%
19.062.797	17.687.159	-7,22%	Total Gastos Operacionais	12.942.391	25.884.781	31,67%

Se analisarmos individualmente, verificamos que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve um comportamento positivo, com uma redução de 15% face ao período homólogo, já nos Gastos com o Pessoal a redução foi de 3%.

Fornecimentos e Serviços Externos

A evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos reflete o esforço de racionalização, verificando-se no final de setembro uma redução acumulada de cerca de 972 mil euros face ao período homólogo.

No entanto, e à semelhança do que se vinha já desenhando ao longo do ano, no terceiro trimestre de 2014 observou-se um ligeiro aumento em algumas rubricas de gastos, destacando-se as seguintes:

- Publicidade e Propaganda: com um acréscimo de cerca de 65 milhares de euros quando comparado com o período homólogo de 2013.
- Obras: com um agravamento de cerca de 86 mil euros face aos gastos incorridos em 2013.
- Dragagens de Manutenção (+153 mil euros que em 2013), apesar de se terem mantido os montantes do anterior trimestre pelo facto de não se terem contabilizado gastos desta natureza no período agosto-setembro de 2014.

No sentido oposto, as rubricas que tiveram um desempenho mais favorável face a 2013 foram as seguintes:

- Vigilância e Segurança: com uma redução de cerca de 172 mil euros, por alteração de um dos postos fixos; devido à inspeção de equipamentos dos terminais portuários efetuada em 2013; por atraso no registo de algumas faturas em 2014.
- Limpeza, Higiene e Conforto: com uma diminuição de cerca de 144 mil euros, como resultado da concessão da atividade de limpeza urbana e recolha de resíduos urbanos e a navios (entrada em exploração em julho de 2013), que transferiu parte significativa dos gastos suportados pela APL para a generalidade dos utilizadores. Em contrapartida, a APL deixou também de cobrar as respetivas taxas.
- Outros FSE's: com um decréscimo de cerca de 689 mil euros, onde se destacam os gastos de Contencioso e Notariado, que em 2013 incluíram gastos não previstos, relativos a um processo judicial e uma regularização relativa ao Seguro de Responsabilidade Civil.

Gastos com o Pessoal

No que se refere a Gastos com o Pessoal, a rubrica reduziu ligeiramente face ao mesmo período em 2013.

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Fornecimentos e Serviços Externos	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
528.245	427.411	-19%	Trabalhos Especializados	660.000	880.000	51%
137.440	202.114	47%	Publicidade e Propaganda	220.782	294.376	31%
953.762	782.276	-18%	Vigilância e Segurança	840.000	1.120.000	30%
600.275	752.926	25%	Dragagens de Manutenção	1.012.500	1.350.000	44%
103.889	189.381	82%	Obras	183.750	245.000	23%
645.370	571.102	-12%	Assistência Técnica	855.056	1.140.074	50%
550.672	451.938	-18%	Eletricidade	544.500	726.000	38%
150.515	154.572	3%	Água	122.250	163.000	5%
731.896	587.886	-20%	Limpeza, Higiene e Conforto	776.312	1.035.083	43%
2.035.612	1.346.569	-34%	Outros FSE	1.623.031	2.164.041	38%
6.437.674	5.466.174	-15%	Total Fornecimentos e Serviços Externos	6.838.181	9.117.575	40%

Embora se verifique o aumento considerável na rubrica Encargos sobre Remunerações (aumento da taxa contributiva das entidades empregadoras para a CGA para 23,75%, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014), a APL reduziu significativamente a rubrica de Remuneração do Pessoal, principalmente pela redução do efetivo (-18 colaboradores face ao período homólogo).

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Gastos com o Pessoal	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
182.802	193.051	6%	Remuneração dos Órgãos Sociais	202.483	269.978	28%
9.702.578	8.977.854	-7%	Remuneração do Pessoal	9.649.552	12.866.069	30%
2.003.813	2.390.204	19%	Encargos sobre Remunerações	1.987.633	2.650.177	10%
644.147	505.993	-21%	Seguros e Ação Social	600.174	800.232	37%
91.783	153.883	68%	Outros Gastos com o Pessoal	135.563	180.751	15%
12.625.123	12.220.985	-3%	Total Gastos com o Pessoal	12.575.405	16.767.206	27%

Gastos Financeiros

Também os Gastos Financeiros diminuíram face ao período homólogo de 2013. A variação é de cerca de 944 milhares de euros, em consequência da reestruturação do passivo remunerado e dos ajustamentos aos respetivos encargos de financiamento.

(Valores em euros)

Set-13 Real	Set-14 Real	Setembro 14R/13R	Juros e Gastos Sim. Suportados	Set-14 Orçamento	2014 Orçamento	% Orçamento Disponível
4.076.645	3.132.957	-23%	Juros e Gastos Sim. Suportados	4.125.000	5.500.000	43%

6.3. Investimentos

Tal como nos últimos anos, 2013 encerrou com um total de investimentos de montante bastante inferior ao registado em anos anteriores (cerca de 2.678 milhares de euros). Prevê-se que 2014 se pautar pelo mesmo princípio de contenção, restringindo-se ao essencial.

(Valores em euros)

<i>Set-2013 Real</i>	<i>Set-2014 Real</i>	<i>Setembro 14R/13R</i>	<i>Investimentos</i>	<i>Set-2014 Orçamento</i>	<i>2014 Orçamento</i>	<i>% Orçamento Disponível</i>
997.869	648.858	-35%	<i>Investimentos</i>	3.953.858	5.271.810	88%

Para 2014 a APL integrou no seu plano de investimentos, projetos de cariz estratégico, por orientação da tutela para o setor dos transportes.

6.4. Endividamento

Tal como já referido, a redução do passivo remunerado por via da reestruturação foi uma das medidas implementadas no sentido de garantir o equilíbrio financeiro da empresa, com especial destaque para os anos de 2013 e seguintes. Por conseguinte, a APL tem vindo a reduzir substancialmente o seu endividamento, optando também por amortizações extraordinárias de capital, sempre que os cash-flows gerados o permitem.

(Valores em euros)

<i>Dez-2013 Real</i>	<i>Set-2014 Real</i>	<i>Passivo Remunerado</i>	<i>Varição Absoluta</i>	<i>Varição %</i>
89.370.608	95.249.948	<i>Financiamentos M/L Prazo</i>	5.879.341	7%
31.331.004	18.276.564	<i>Financiamentos Curto Prazo</i>	-13.054.440	-42%
120.701.612	113.526.513	Total Passivo Remunerado	-7.175.099	-6%

No passado mês de junho, a APL contraiu um empréstimo bancário, sob a forma de mútuo, junto do Banco Santander Totta, no montante de 15 milhões de euros. Em julho contraiu novo empréstimo bancário, também sob a forma de mútuo, junto do BPI no montante de 20 milhões de euros.

O propósito consistiu em beneficiar das melhores condições contratuais e amortizar total ou parcialmente outros financiamento de médio/longo prazo com condições contratuais mais vantajosas.

No final do terceiro trimestre, verifica-se um decréscimo de 6% no que respeita ao indicador relativo ao endividamento.

6.5. Prazos Médios de Pagamento e de Recebimento

A APL prosseguiu o esforço de redução do prazo médio de pagamentos, empenhando-se em otimizar a gestão de tesouraria no sentido de assegurar atempadamente os compromissos assumidos com fornecedores.

Conjugada com a contenção de gastos, esta ação resultou numa efetiva diminuição deste indicador face ao período homólogo de 2013 (redução em 18 dias).

(unid: dias)

<i>Clientes e Fornecedores</i>	<i>Set-2013</i>	<i>Dez-2013</i>	<i>Mar-2014</i>	<i>Jun-2014</i>	<i>Set-2014</i>
<i>Prazo Médio de Pagamento</i>	71	71	49	48	53

6.6. Desempenho Económico

A APL encerra o terceiro trimestre de 2014, com um resultado líquido de cerca de 1.672 milhares de euros.

(Valores em euros)

<i>Desempenho Económico</i>	<i>Set-2013 Real</i>	<i>Set-2014 Real</i>
<i>Resultado Líquido</i>	1.210.761	1.672.017
<i>EBIT</i>	5.858.961	5.207.478
<i>EBITDA</i>	17.486.341	15.878.838

A redução da receita é, de facto, um dos fatores que mais influenciaram negativamente o resultado do período. Contudo, a redução nos FSE e nos Gastos com o Pessoal e o aumento dos Outros Rendimentos e Ganhos permitiram em certa medida atenuar esta tendência.

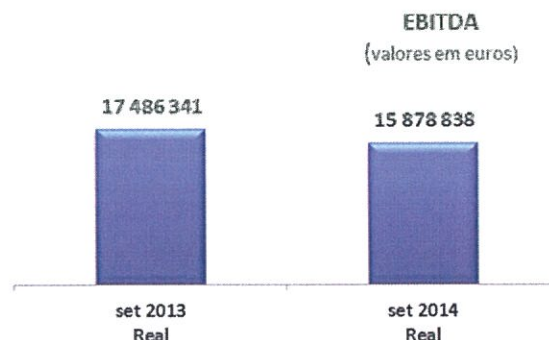
Assim, o resultado líquido passou de negativo para positivo devido aos fatores descritos anteriormente mas também pelos gastos mais reduzidos em Juros Suportados (especial atenção para esta rubrica que diminuiu cerca de 944 milhares de euros face ao período homólogo em 2013).

7. CUMPRIMENTOS DE OBJETIVOS E ORIENTAÇÕES LEGAIS

No que se refere ao cumprimento das orientações legais emitidas pela DGTF aquando da elaboração dos IPG's 2014, verifica-se a seguinte evolução:

- EBITDA – “Para as empresas com um EBITDA positivo, deverá promover-se o crescimento deste indicador”

Pelas razões anteriormente apontadas e que se prendem com a redução acentuada dos ganhos, nomeadamente nas prestações de serviços, com a extinção em 2014 da TUP/Carga que em período homólogo de 2013 representava 2.219.309 euros (vide ponto 5.2), não foi possível atingir este objetivo.



- Redução dos Gastos Operacionais:

- “Para o caso das empresas com EBITDA positivo deverá ser assegurada a redução do rácio entre os gastos operacionais e o volume de negócios”.

Tal como referido para o EBITDA, também este rácio veio a revelar uma tendência desfavorável, apresentando assim um desvio face ao determinado.

	set 2013 Real	set 2014 Real
EBITDA	17 486 341	15 878 838
Gastos Operacionais (euros)	19 062 797	17 687 159
Volume de negócios (euros)	35 816 121	31 888 224
Rácio gastos oper. / Vol. negócios	0,53	0,55

- “Os gastos com comunicações e as despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2013, salvo em caso de aumento de atividade devidamente justificado.”

	set 2013 Real	set 2014 Real
Comunicações	73 084	70 882
Deslocações e estadas	25 080	35 601
Ajudas de custo	5 679	7 785

Com exceção das comunicações, que tiveram uma redução 3%, verifica-se que os valores atingidos em 2014 ultrapassam os efetuados em igual período de 2013.

A variação ao nível das deslocações e estadas e ajudas de custo decorre das ações desenvolvidas no sentido da promoção e divulgação relativa às diversas áreas de negócio (carga, cruzeiros e náutica de recreio), designadamente a nível internacional através da captação de novos investidores.

Destino	2 013	2 014
América Central	5 190	
Panamá		
América do Sul		8 673
Brasil		
Ásia		7 215
China		
E.U.A	11 935	5 192
Boston		
Las Vegas		
Miami		
Espanha	1 082	5 862
Barcelona		
La Corunha		
Madrid		
Tarragona		
Valência		
Castellon		
Outras deslocações		
Portugal	1 780	2 444
Madeira e Açores		
Portos do Continente		
Outras deslocações		
Rest. Europa	5 093	6 215
Bruxelas		
Falmouth		
Hamburgo		
Letónia		
Londres		
Nápoles		
Paris		
TOTAL	25 080	35 601

- “Redução de gastos associados à frota automóvel comparativamente a 31 de dezembro de 2013 através da redução do n.º de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização, maximizando o seu uso comum.”

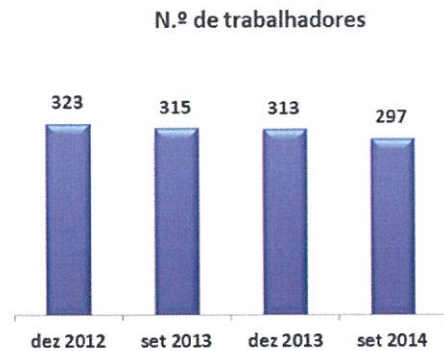
Em setembro de 2014 mantinham-se em utilização as 39 viaturas existentes no final de 2013.

Importa no entanto referir que em junho de 2014, foi comunicada à ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. a intenção de

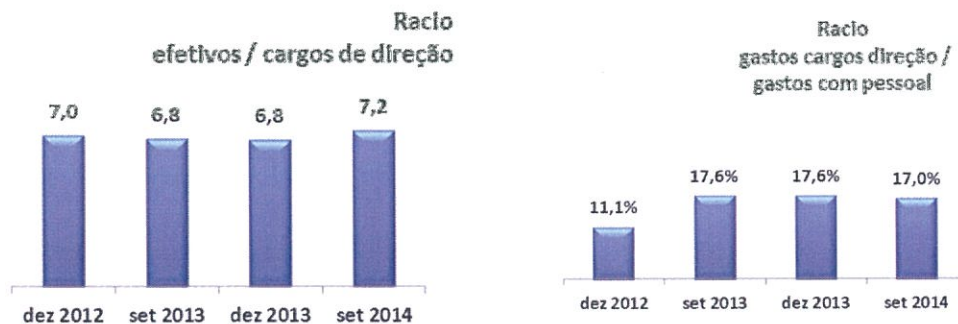
renovar parte da frota automóvel, limitando as adjudicações (em sistema de leasing) ao indispensável e com uma revisão em baixa da categoria dos veículos a contratar, aguardando-se resposta ao ofício enviado.

- “Redução em 2014 do número de trabalhadores em 3% face aos existentes em 31/12/2012”

Verifica-se, com efeito, um decréscimo progressivo, situando-se nos -5,1% face a dezembro de 2013 e de -5,7% (18 trabalhadores) face ao efetivo total no final de setembro de 2013.



- “Implementação de uma política de redução de gastos com dirigentes através de alteração das estruturas organizacionais, aferida através dos seguintes rácios”:



A variação observada a partir de 2014 reflete a alteração da estrutura orgânica em vigor a partir de janeiro, que levou a uma redução do n.º de chefias, designadamente dos 1.ºs níveis de gestão.

Ambos os rácios demonstram uma evolução positiva no sentido de uma maior racionalização da racionalização de chefias/subordinados e de poupança de recursos.

gu 7
A.C.

– *"Cumprimento das orientações sobre política remuneratória constantes da LOE"*

Para lá do congelamento das tabelas salariais de 2009, a empresa vem respeitando desde 2011 a proibição anualmente renovada pelas leis orçamentais de valorizações no vencimento por via de acessos na carreira, de atribuição de diuturnidades, de reconversões profissionais ou de outras alterações.

Deve notar-se, todavia, que a partir de 2013 não houve lugar à redução na remuneração dos trabalhadores constante dos diplomas orçamentais, à luz do disposto no nº 13 do artigo 27º da LOE 2013, depois reproduzido no nº 13 do artigo 33º da LOE 2014 (inaplicabilidade aos titulares de cargos e demais pessoal "... se, em razão de regulamentação internacional específica, daí resultar diretamente decréscimo de despesas"), atento igualmente o despacho n.º1695/2013 – SEAP, de 5/6/2013.

Com a publicação da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, na qual se incorpora disposição de idênticos termos (nº 12 do artigo 2º), e mantendo-se inalteradas as circunstâncias e enquadramento próprios da atividade das administrações portuárias, e subsistindo também, nessa medida, as razões que sustentaram o referido Despacho, estendeu-se aos membros dos órgãos sociais a partir de então a não aplicação das reduções remuneratórias a que se vinha procedendo desde 2011, sendo certo que tal foi oportunamente objeto de ofício da APP para a tutela setorial.

– *"Acréscimo do endividamento limitado a 4%"*

Tal como indicado em 6.4, a APL tem vindo a reduzir progressivamente o seu endividamento, superando mesmo o objetivo fixado para este ano.

Em 2014, com os pareceres favoráveis da SET – Secretaria de Estado dos Transportes e do IGCP no âmbito do Decreto-Lei n.º 133/2013, a APL procedeu à reestruturação do passivo remunerado de curto prazo para médio/longo prazo, e redução do pricing na vertente "spread" dos financiamentos de médio/longo prazo.

– *"Redução do prazo médio de pagamentos e do volume de pagamentos em atraso"*

Quanto ao prazo médio de pagamentos observa-se uma evolução favorável deste indicador face ao período homólogo, tal como já mencionado no ponto 6.5 deste relatório.

– *Atrasos nos pagamentos (“Arrears”)*

Em relação à divulgação dos atrasos nos pagamentos, conforme definido no DL nº 65-A/2011, de 17 de maio, a situação a 30 de setembro de 2014 era a seguinte:

CATEGORIAS	Dívidas vencidas (nos termos do art.º 1.º do DL 65-A/2011)					TOTAL
	Entre 0 e 90 dias	Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias	
Aquisições de bens e serviços	14 629	1 217	106 605	9 357	11 930	143 738
Aquisições de capital	20 494	0	0	0	83 912	104 407
TOTAL	35 123	1 217	106 605	9 357	95 842	248 145

